

SOUL PARQUES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

SOUL PARQUES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores da
Soul Parques S.A.
Ponta Grossa - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Soul Parques S.A. ("Soul Parques"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soul Parques em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Soul Parques, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Soul Parques continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Soul Parques ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Soul Parques;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Soul Parques. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Soul parques a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de março de 2023.

SOUL PARQUES S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

| Ativo | | | | | | Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) | | | | | |
|---------------------------------|------------------|--------------|------|-------------|-------|--|--------------|------------|-------------|---------------|--------------|
| | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | | |
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 37 | 127 | 6.545 | 2.614 | Outorga a pagar | 14 | - | - | 84 | 72 |
| Contas a receber | 6 | - | - | 556 | 833 | Fornecedores | 15 | 52 | 74 | 135 | 289 |
| Impostos a recuperar | 7 | - | - | 66 | 21 | Empréstimos e financiamentos | 16 | - | - | 5.292 | 5.231 |
| Estoques | 8 | - | - | 32 | 18 | Obrigações trabalhistas | 17 | - | - | 782 | 608 |
| Empréstimos partes relacionadas | 9 | 777 | 779 | - | 102 | Obrigações tributárias | 17 | - | - | 33 | 44 |
| Despesas antecipadas | - | - | 21 | 9 | 34 | Empréstimos partes relacionadas. | 9 | - | 1.103 | - | - |
| Outros créditos | 10 | - | - | 30 | 35 | Provisão para perda de investimentos | 18 | 2.760 | 5.815 | - | - |
| | | 814 | 927 | 7.238 | 3.657 | Outros débitos | | - | - | 252 | 154 |
| | | | | | | | | 2.812 | 6.992 | 6.578 | 6.398 |
| Não circulante | | | | | | Não circulante | | | | | |
| Investimentos | 11 | 134 | - | - | - | Empréstimos e financiamentos | 16 | - | - | 8.892 | 7.646 |
| Imobilizado | 12 | - | - | 1.228 | 1.119 | Outros débitos | | - | - | 107 | 61 |
| Intangível | 13 | - | - | 5.247 | 3.264 | | | - | - | 8.999 | 7.707 |
| | | 134 | - | 6.475 | 4.383 | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| Total do ativo | | | | | | Patrimônio líquido (passivo a descoberto) | | | | | |
| | | 948 | 927 | 13.713 | 8.040 | Capital social | 20 | 4.105 | 4.105 | 4.105 | 4.105 |
| | | | | | | Adiantamento para futuro aumento de capital | | 8.264 | - | 8.264 | - |
| | | | | | | Prejuízos acumulados | | (14.233) | (10.170) | (14.233) | (10.170) |
| | | | | | | | | (1.864) | (6.065) | (1.864) | (6.065) |
| | | | | | | Participação de não controladores | | - | - | - | - |
| | | | | | | | | (1.864) | (6.065) | (1.864) | (6.065) |
| | | | | | | Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto) | | 948 | 927 | 13.713 | 8.040 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SOUL PARQUES S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

| | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receita líquida de serviços | 21 | - | - | 5.116 | 3.860 |
| (-) Custo dos serviços prestados | 22 | - | - | (5.805) | (4.728) |
| (=) Prejuízo bruto | | - | - | (689) | (868) |
| (+/-) Despesas/receitas operacionais | | | | | |
| Gerais e administrativas | 24 | (21) | (76) | (2.195) | (1.665) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 e 18 | (4.028) | (3.805) | - | - |
| (=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro | | (4.049) | (3.881) | (2.884) | (2.533) |
| Receitas financeiras | | 3 | 1 | 165 | 159 |
| Despesas financeiras | | (16) | (36) | (1.472) | (1.542) |
| (=) Resultado financeiro líquido | 24 | (13) | (35) | (1.307) | (1.383) |
| Outras receitas e despesas | | - | - | 152 | - |
| (=) Resultado antes dos impostos | | (4.062) | (3.916) | (4.039) | (3.916) |
| Imposto de renda e contribuição social | | - | - | (23) | - |
| (=) Prejuízo do exercício | | <u>(4.062)</u> | <u>(3.916)</u> | <u>(4.062)</u> | <u>(3.916)</u> |
| Atribuível à: | | | | | |
| Controladores | | (4.062) | (3.916) | (4.062) | (3.916) |
| Não controladores | | - | - | - | - |
| | | <u>(4.062)</u> | <u>(3.916)</u> | <u>(4.062)</u> | <u>(3.916)</u> |
| Prejuízo por ação | | <u>(0,0010)</u> | <u>(0,0010)</u> | <u>(0,0010)</u> | <u>(0,0010)</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SOUL PARQUES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| (=) Prejuízo do exercício | (4.062) | (3.916) | (4.062) | (3.916) |
| Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes: | | | | |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>(4.062)</u> | <u>(3.916)</u> | <u>(4.062)</u> | <u>(3.916)</u> |
| Atribuível à: | | | | |
| Controladores | (4.062) | (3.916) | (4.062) | (3.916) |
| Não controladores | - | - | - | - |
| | <u>(4.062)</u> | <u>(3.916)</u> | <u>(4.062)</u> | <u>(3.916)</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SOUL PARQUES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

(Em milhares de Reais)

| | Capital Social | AFAC | Prejuizos acumulados | Patrimônio Líquido |
|---|----------------|-------|----------------------|--------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 4.105 | - | (6.254) | (5.550) |
| Prejuízo do exercício | - | - | (3.916) | (3.916) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 (passivo a descoberto) | 4.105 | - | (10.170) | (9.466) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital social | - | 8.264 | - | 8.264 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (4.062) | (4.062) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 4.105 | 8.264 | (14.232) | (1.863) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SOUL PARQUES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | |
| (=) Prejuízo do exercício | (4.062) | (3.916) | (4.062) | (3.916) |
| Itens que não afetam o caixa operacional | | | | |
| Depreciação e amortização | - | - | 100 | 253 |
| Juros incorridos sobre empréstimos | - | - | 972 | 1.316 |
| Distribuição desproporcional de lucros | - | - | - | - |
| Resultado de equivalência | 4.028 | 3.805 | - | - |
| | <u>(34)</u> | <u>(111)</u> | <u>(2.990)</u> | <u>(2.347)</u> |
| Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo | | | | |
| Contas a receber | - | - | 277 | (731) |
| Impostos a recuperar | - | - | (45) | (17) |
| Estoques | - | - | (14) | (18) |
| Despesas antecipadas | 21 | (21) | 25 | (26) |
| Outros créditos a receber | - | 434 | 5 | 417 |
| Fornecedores | (22) | 50 | (154) | 96 |
| Outorga variável a pagar | - | - | 12 | 31 |
| Obrigações trabalhistas | - | - | 174 | 228 |
| Obrigações tributárias | - | (5) | (11) | 15 |
| Outros débitos a pagar | - | - | 144 | 188 |
| Juros pagos | - | - | (764) | (365) |
| Caixa líquido das atividades operacionais | <u>(1)</u> | <u>458</u> | <u>(351)</u> | <u>(182)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Aumento de capital em controladas | (7.216) | (7) | - | - |
| Integralização de capital em controladas | - | - | - | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital de acionistas | 8.264 | - | 8.264 | - |
| Aquisição de imobilizado | - | - | (262) | (225) |
| Baixa de imobilizado | - | - | 53 | - |
| Intangível em andamento - Obras | - | - | (1.983) | (1.311) |
| Baixa Intangível | - | - | - | 8 |
| Caixa líquido das atividades de investimentos | <u>1.048</u> | <u>(7)</u> | <u>6.072</u> | <u>(1.528)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Captação de empréstimos | - | - | 4.815 | - |
| Pagamento de empréstimos | - | - | (3.717) | (1.638) |
| Empréstimos com pessoas ligadas | (1.103) | (644) | 102 | - |
| Integralização de capital social | - | - | - | - |
| Caixa líquido das atividades de financiamentos | <u>(1.103)</u> | <u>(644)</u> | <u>1.200</u> | <u>(1.638)</u> |
| (Prejuízo)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | <u><u>(90)</u></u> | <u><u>(304)</u></u> | <u><u>3.931</u></u> | <u><u>(5.695)</u></u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 127 | 431 | 2.614 | 8.309 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 37 | 127 | 6.545 | 2.614 |
| (Prejuízo)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | <u><u>(90)</u></u> | <u><u>(304)</u></u> | <u><u>3.931</u></u> | <u><u>(5.695)</u></u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Soul Parques S.A. (“Companhia”), Sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de abril de 2017 na Cidade de Curitiba/PR com o objeto social de prestar serviços de reservas e outros serviços de turismo, bem como a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, no Brasil ou no Exterior, na qualidade de Sócia ou Acionista.

Em 2019, a Companhia foi eleita a vencedora da concorrência pública nacional nº 001/2019-IAP, assinando o contrato de Concessão do Parque Estadual de Vila Velha - PEVV, e, no início de 2020 criou a SPE Soul Vila Velha S.A., sociedade anônima fechada, 100% controlada pela Companhia, para exploração do Parque Estadual de Vila Velha - PEVV, primeiro parque estadual criado pelo Governo do Paraná, em 1953. Uma das principais áreas de conservação do Brasil, Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná tombado desde 1966, e o segundo ponto turístico mais visitado do Estado.

Em 2021 foi criada a SPE Soul Aparecida S.A., sociedade anônima fechada, 100% controlada pela Companhia e em dezembro de 2021 foi assinado o Instrumento Particular de Implantação de Empreendimento juntamente com o Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, associação civil de fins religiosos, para o propósito específico de implementação, concepção, construção e operação de um complexo de Turismo Religioso, Ambiental e Educacional, denominado “PARQUE TRÊS PESCADORES” com concessão de 20 anos. Ainda em processo pré-operacional, o início das obras está previsto para o início do primeiro semestre de 2023.

A Soul Parques S.A., juntamente com a empresa Greenspan Transportes Ltda, resolveu em 2021 constituir a empresa de responsabilidade limitada, Eco Jordão Empreendimentos e Participações Ltda., a qual detém 75% das quotas, tendo por As receitas com o primeiro contrato de aluguel iniciaram em janeiro de 2022 referente a locação de 170,28m2 referente a área do Edifício situado a Rua Engenheiro Diego de Carvalho, 190, Capivari, Campos do Jordão/SP.

1.1. Planos da Administração

A Companhia acredita na reversão do Patrimônio líquido negativo através da geração de lucro como consequência dos investimentos em infraestrutura e novas atrações turísticas ofertadas ao público pelas atividades da controlada Soul Vila Velha. Além disso, os acionistas se comprometem a aportarem recursos sempre que necessário para garantir a continuidade do negócio e o cumprimento do objeto do contrato de concessão assinado junto ao Estado do Paraná durante os 30 anos de sua vigência.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis da controladora foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e resoluções emitidas pelo CFC, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/76 que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nºs 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009 (antiga Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008).

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais/consolidadas do Grupo estão sendo apresentadas lado a lado num único conjunto de informações.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Base de apresentação

As demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com os Pronunciamentos Técnicos - CPC requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

- Análise e teste de recuperabilidade de ativos;
- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Provisão para demandas judiciais.

Aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 16 de março de 2023.

2.2. Consolidação

2.2.1. Base para consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as participações nas seguintes empresas controladas:

| Controlada | 2022 (%) | 2021 (%) |
|--|----------|----------|
| Soul Vila Velha S.A. | 100 | 100 |
| Soul Aparecida S.A. | 100 | 100 |
| Eco Jordão Empreendimentos e Participações Ltda. | 75 | 75 |

SOUL PARQUES S.A

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Soul Vila Velha S.A.

A SOUL VILA VELHA S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, é uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) e tem como objeto social executar as atividades previstas no objeto do contrato de concessão onerosa de obra no Parque Vila Velha, processo SEDEST (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - Estado do Paraná), contrato nº 001/2020-IAT- concorrência pública nacional nº 001/2019-IAP, sob o contrato de Concessão de Concessão de uso para exploração do Parque Estadual de Vila Velha - PEVV, tendo como principais objetivos:

- (i) Venda de ingressos de entrada e dos atrativos, com implantação e gestão da emissão e cobrança de bilhetes;
- (ii) Implantação e gestão de Instalações, Espaços e Serviços de Controle e Cobrança de estacionamento veicular;
- (iii) Implantação e gestão do serviço de transporte interno;
- (iv) Implantação e gestão de serviços de alimentação;
- (v) Gestão do centro de visitantes;
- (vi) Gestão da loja de conveniências;
- (vii) Monitoramento do uso público nas trilhas e nos atrativos;
- (viii) Manutenção das estruturas na área da concessão;
- (ix) Implantação e gestão do sistema de segurança patrimonial;
- (x) Gestão dos encargos na área da concessão, nos termos do caderno de encargos.

Soul Aparecida S.A.

A Soul Aparecida S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, é uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) e tem como objeto social de executar as atividade de exploração dos serviços de apoio à visitação, ao turismo sustentável, a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza, compreendo, no mínimo, os serviços de venda de ingressos de entrada e dos atrativos, com implantação e gestão da emissão e cobrança de bilhetes; implantação e gestão das instalações, implantação e gestão do serviço de transporte turístico fluvial; implantação e gestão de serviços de alimentação; gestão do centro de visitantes; gestão da loja de conveniências e transporte aquaviário para passeios turísticos.

Eco Jordão Empreendimentos e Participações Ltda.

A Eco Jordão Empreendimentos e Participações Ltda. é uma sociedade empresária limitada com objeto social a administração de bens próprios, locação de imóveis residenciais e comerciais próprios e participações societárias em outras empresas.

2.2.2. Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a Entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para perda de investimento) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento.

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

A Companhia possui a Soul Vila Velha S.A e Soul Aparecida S.A como controladas integral e a Eco Jordão Empreendimentos e Participações com 75% das quotas de capital social.

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A Companhia não possui empresas coligadas.

2.2.3. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e incluem principalmente os rendimentos de aplicações financeiras, ao passo que as despesas financeiras compreendem basicamente as tarifas bancárias.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação e considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes, decorrentes das prestações de serviços no curso normal das atividades da Companhia, estão avaliadas no momento inicial, pelo valor presente, e deduzidas da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia efetuou o cálculo do valor presente para o período findo em 31 de dezembro de 2022, considerando que os saldos são liquidados em curto espaço de tempo, os efeitos não foram materiais e, portanto, a Companhia não registrou os referidos montantes.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída, em montante suficiente, para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber de clientes. A administração da Companhia realiza uma avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas, por faixa de vencimento e títulos amparados por garantias.

3.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros empréstimos e financiamentos são da seguinte forma:

- Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Imobilizado e intangível

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado/intangível são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação/amortização.

O custo do imobilizado/intangível inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive, se aplicável, serviços necessários e custos incorridos para colocação do bem produtivo em operação. Também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos ativos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que tais custos possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos, apropriados como custos de produção.

Um item do imobilizado/intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, pelas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12, levando em consideração a vida útil estimada de cada bem, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais, a vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.6. Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizado e intangível têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável ou baixa contra os custos do projeto.

3.7. Contas a pagar, benefícios e encargos sociais

As contas a pagar, principalmente aos fornecedores, são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores relativos às férias devidas aos funcionários estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo e incluem os correspondentes encargos sociais.

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.8. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e é constituída em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis.

A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo, e atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e com base na opinião dos assessores legais da Companhia.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social Impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

3.11. Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

No ano de 2022 a SPE Soul Vila Velha S.A. aderiu a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) que dispõe sobre a aplicação do benefício fiscal previsto no artigo 4º da referida Lei, que instituiu o PERSE:

Art. 4º Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 2º desta Lei:

- I - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição PIS/Pasep);
- II - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e
- IV - Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

3.12. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis

De acordo com o IAS 1 (*Presentation of financial statements*), para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 (*Classification of liabilities as current or non-current*), cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1° de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta maneira, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1° de janeiro de 2024.

Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

4.1. Considerações gerais

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição financeira da Companhia, nas quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

4.2. Gestão de risco financeiro

a) Fatores de risco financeiro

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade das contrapartes.

A Área de Finanças e Controladoria examina e revisa as informações relacionadas ao gerenciamento de risco, incluindo as políticas, os procedimentos e as práticas aplicadas no gerenciamento de risco:

i) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais riscos de inadimplência das contas a receber.

ii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Finanças.

b) Gestão de capital

Os objetivos principais da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos seus sócios, além de proporcionar melhor gestão de caixa para assegurar disponibilidade de linhas de crédito, visando fazer face à manutenção da liquidez e obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou de terceiros.

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Caixa | - | - | 22 | 21 |
| Banco conta movimento | 37 | 127 | 231 | 190 |
| Aplicações financeiras | - | - | 6.291 | 2.413 |
| | <u>37</u> | <u>127</u> | <u>6.544</u> | <u>2.624</u> |

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Contas a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|----------|-------------|------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Adiantamento à projetos de controladas | - | - | 327 | 677 |
| Aluguel a receber de arrendatários | - | - | 329 | 27 |
| Operadoras de Cartão de Crédito | - | - | - | 129 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>656</u> | <u>833</u> |

7. Impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|--------------|----------|-------------|-----------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| PIS a recuperar | - | - | 7 | - |
| COFINS a recuperar | - | - | 31 | - |
| IRRF sobre aplicações | - | - | 24 | 21 |
| Saldo negativo IRPJ | - | - | 4 | - |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>66</u> | <u>21</u> |

8. Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------|--------------|----------|-------------|-----------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Estoques | - | - | 32 | 18 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>32</u> | <u>18</u> |

SOUL PARQUES S.A

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

11. Investimentos

| 31 de dezembro de 2022 | |
|---|--|
| | Eco Jordão Empreendimentos e Participações |
| Investimentos: | |
| Número de ações/cotas representativas do capital social | 7.500 |
| Participação do capital social | 75% |
| Patrimônio líquido da controlada | 178 |
| Movimentação do investimento: | |
| Saldo inicial do investimento em 31 de dezembro de 2021 | (3) |
| Integralização de capital | - |
| Equivalência patrimonial | 137 |
| Valor patrimonial equivalente - saldo final | 134 |
| Investimento em controladas | 134 |

(a) Resultado de equivalência

| | Controladora | Consolidado |
|----------------|--------------|-------------|
| | 2022 | 2021 |
| Em controladas | 134 | - |
| | 134 | - |

12. Imobilizado

| | Tx. Depreciação | Custo | Depreciação Acumulada | Líquido (Consolidado) | |
|-----------------------------|--------------------|-------|--------------------------|-----------------------|-------|
| | | | | 2022 | 2021 |
| Máquinas e equipamentos | 10% a.a. | 760 | (164) | 596 | 613 |
| Equipamentos de informática | 20% a.a. | 219 | (92) | 127 | 159 |
| Licença de software | 20% a.a. | 355 | (144) | 211 | 261 |
| Móveis e utensílios | 10% a.a. | 127 | (16) | 111 | 43 |
| Placas de sinalização | 10% a.a. | 156 | (25) | 131 | 29 |
| Benfeitorias em bens móveis | 10% a.a. | 57 | (5) | 52 | 14 |
| Total | | 1.674 | (446) | 1.228 | 1.119 |

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

| | 2021 | Adições | (-) Baixas | (-) Depreciação | Reversão Depreciação | 2022 |
|-----------------------------|-------|---------|------------|-----------------|----------------------|-------|
| Máquinas e equipamentos | 613 | 63 | (31) | (72) | 23 | 596 |
| Equipamentos de informática | 159 | 15 | (5) | (44) | 2 | 127 |
| Licença de software | 262 | 18 | (1) | (71) | 3 | 211 |
| Móveis e utensílios | 42 | 79 | - | (10) | - | 111 |
| Placas de sinalização | 29 | 55 | (11) | (15) | 73 | 131 |
| Benfeitorias em bens móveis | 14 | 35 | - | (4) | 7 | 52 |
| Total | 1.119 | 266 | (49) | (216) | 108 | 1.228 |

13. Intangível

| | Consolidado | | | |
|--|-------------|-----------------------|---------|-------|
| | Custo | Amortização Acumulada | Líquido | |
| | | | 2022 | 2021 |
| Intangível em andamento - Obras de concessão | 5.247 | - | 5.247 | 3.264 |
| | 5.247 | - | 5.247 | 3.264 |

| | Consolidado | | | |
|--|-------------|---------|-----------------|-------|
| | 2021 | Adições | (-) Amortização | 2022 |
| Intangível em andamento - Obras de concessão | 3.264 | 1.983 | - | 5.247 |
| Total | 3.264 | 1.983 | - | 5.247 |

Em 31 de dezembro de 2022, do montante total de R\$ 5.247, R\$ 4.030 refere-se a pagamento de estudos e projetos, além das despesas com as obras necessárias para a exploração do PEVV e R\$ 1.217 refere-se a estudos e projetos para o Parque de Aparecida.

Segundo o contrato de concessão do PVV, o prazo do contrato de 30 (trinta) anos, contando a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão de Concessão de uso para exploração do Parque Estadual de Vila Velha - PEVV. A referida assinatura ocorreu em 19 de fevereiro de 2020.

O ativo intangível é registrado com base nos expostos no ICPC 01 e OCPC 05, que tratam da questão de contratos de concessão. Segundo o Item 14 do referido OCPC na linha de entendimento de que o direito de outorga e a correspondente obrigação nascem na assinatura do contrato, a concessão representa um negócio de longo prazo, que passa por processo licitatório, envolve projetos de financiamento, garantias e definição de tarifa, portanto, fatores que indicam um contrato de longa duração em que as partes demonstram intenção e condição de executá-lo integralmente.

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Assim sendo, é considerado que os fatos e as circunstâncias indicam que não se trata de um contrato de execução, mas a aquisição de um direito de exploração, a aquisição de uma licença para operar por prazo determinado, haja vista entender-se que o poder concedente performou sua parte no contrato ao dar o acesso e o direito à exploração do objeto da concessão, enquanto o concessionário não performou a sua parte. A Companhia, por contrato, deve pagar apenas a outorga variável (15,2% da receita operacional bruta), registrando esses valores como despesa do período concomitantemente à receita que o tenha originado, conforme determinado pela última parte do Item 28 do OCPC 05.

14. Outorga variável a pagar

A Rubrica "Outorga variável a pagar", registrada no valor de R\$ 84 no passivo circulante em 31 de dezembro de 2022 refere-se ao valor de Outorga variável a ser pago referente ao valor percentual de 15,2% (quinze vírgula dois pontos percentuais) da Receita Operacional Bruta do mês de dezembro de 2021 de acordo com o previsto na Proposta Comercial elaborada pela Companhia para participação da licitação.

15. Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|--------------|------|-------------|------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Fornecedores diversos | 52 | 74 | 135 | 289 |
| | 52 | 74 | 135 | 289 |

16. Empréstimos e financiamentos

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|----------------|--------------|--------|-------------|--------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Banco Itaú | 7.293 | 10.010 | 7.293 | 10.010 |
| Banco ABC | 1.863 | 2.867 | 1.863 | 2.867 |
| Banco Daycoval | 5.028 | - | 5.028 | - |
| | 14.184 | 12.877 | 14.184 | 12.877 |
| Circulante | 5.293 | 5.231 | 5.293 | 5.231 |
| Não circulante | 8.891 | 7.646 | 8.891 | 7.646 |
| | 14.184 | 12.877 | 14.184 | 12.877 |

Os empréstimos obtidos junto às instituições financeiras referem-se à:

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

a) Banco Itaú:

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco Itaú utilizado para capital de giro.

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,88% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

| | |
|-------------------------|----------------------------|
| Banco: | Banco Itaú |
| Valor principal: | R\$ 10.000 |
| Tx.mensal: | 0,88% |
| Tx. Anual: | 11,08% |
| Emissão: | 01/07/2020 |
| Vencimento: | 01/07/2025 |
| Dias: | 1826 |
| Capitalização: | Diária |
| Número de prestações: | 48 |
| Carência: | 12 meses |
| Valor parcela principal | Periodicidade não uniforme |
| Saldo devedor atual | R\$ 7.293 |

A Companhia possui no contrato "covenants" referente a pagamentos em atrasos, ações judiciais e as seguintes cláusulas de desempenho:

- A dívida bruta total (soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos) deve ser mantida em valor igual ou inferior a R\$ 10.000 em 2021, R\$ 9.000 em 2022, R\$ 7.000 em 2023, R\$ 5.000 em 2024, R\$ 3.000 em 2025 e R\$ 1.000 a partir de 2016;
- Os acionistas devem realizar aporte de capital anual mínimo de R\$ 6.000 em 2021 e R\$ 1.500 em 2022 e 2023;
- Vedada a distribuição de dividendos pagamento de juros sobre o capital próprio, redução de capital ou ainda efetuar quaisquer outros pagamentos / empréstimos a seus respectivos acionistas e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico.

As penalidades ao não cumprimento desses "covenants" é a mesma aplicada no mercado financeiro em geral, ou seja, não sendo respeitados esses limitadores, o vencimento da dívida passa a ser antecipado, devendo ser reclassificada para o passivo circulante. Em 2020 as cláusulas citadas acima não foram cumpridas, no entanto o banco emitiu waiver ao final do exercício informando que não exercerá o vencimento antecipado da dívida, de modo que a Companhia manteve a segregação do empréstimo entre curto e longo prazo, conforme vencimentos originais do contrato.

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

b) Banco ABC:

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco ABC utilizado para capital de giro.

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,4472% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

| | |
|-------------------------|------------|
| Banco: | Banco ABC |
| Valor principal: | R\$ 3.000 |
| Tx.mensal pós CDI: | 100% |
| Tx.mensal: | 0,44720% |
| Tx. Anual: | 5,50% |
| Emissão: | 01/10/2020 |
| Vencimento: | 01/10/2024 |
| Dias: | 1461 |
| Capitalização: | Diária |
| Número de prestações: | 48 |
| Carência: | 12 meses |
| Valor parcela principal | R\$ 83 |
| Saldo devedor atual | R\$ 1.862 |

O contrato firmado com o banco ABC não possui cláusulas de desempenho.

c) Banco Daycoval:

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco Daycoval utilizado para capital de giro.

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,56% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

| | |
|-------------------------|----------------|
| Banco: | Banco Daycoval |
| Valor principal: | R\$ 5.000 |
| Tx.mensal pós CDI: | 100% |
| Tx.mensal: | 0,56% |
| Tx. Anual: | 6,72% |
| Emissão: | 18/11/2022 |
| Vencimento: | 27/09/2027 |
| Dias: | 1799 |
| Capitalização: | Diária |
| Número de prestações: | 60 |
| Carência: | 12 meses |
| Valor parcela principal | R\$ 104 |
| Saldo devedor atual | R\$ 5.028 |

O contrato firmado com o banco Daycoval não possui cláusulas de desempenho.

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Os montantes em 31 de dezembro de 2022 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos

| | 2022 |
|------------------|---------------|
| 2023 | 5.094 |
| 2024 | 5.837 |
| 2025 e seguintes | 3.253 |
| | <u>14.184</u> |

Abaixo a movimentação dos saldos de empréstimos no exercício:

| Banco | 2021 | Captações | Pagamentos de principal | Provisão de juros | Pagamento de juros | 2022 |
|----------------|---------------|--------------|-------------------------|-------------------|--------------------|---------------|
| Banco Itaú | 10.010 | - | (2.716) | 630 | (630) | 7.294 |
| Banco ABC | 2.867 | - | (1.000) | 129 | (134) | 1.862 |
| Banco Daycoval | - | 5.000 | - | 379 | (351) | 5.028 |
| | <u>12.877</u> | <u>5.000</u> | <u>(3.817)</u> | <u>1.138</u> | <u>(1.115)</u> | <u>14.184</u> |

17. Obrigações trabalhistas e tributárias

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|-------------|------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Salários e encargos sociais | - | - | 48 | 38 |
| Provisão para férias e encargos sociais | - | - | 100 | 81 |
| Provisão de bonus e pagar | - | - | 634 | 489 |
| Pis e Cofins a recolher | - | - | 2 | 17 |
| ISS a recolher | - | - | 20 | 17 |
| ICMS a recolher | - | - | 3 | 2 |
| INSS retido a recolher | - | - | - | - |
| IRPJ a recolher | - | - | 3 | - |
| CSLL a recolher | - | - | 2 | - |
| IRRF e CSRF retido a recolher | - | - | 3 | 8 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>815</u> | <u>652</u> |
| Obrigações trabalhistas | - | - | 782 | 608 |
| Obrigações tributárias | - | - | 33 | 44 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>815</u> | <u>652</u> |

SOUL PARQUES S.A

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

18. Provisão para perda de investimentos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|-------------|----------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Soul Vila Velha S.A. | 2.482 | 5.813 | - | - |
| Soul Aparecida S.A. | 278 | - | - | - |
| Eco Jordão Empreendimentos e Participações Ltda. | - | 2 | - | - |
| | <u>2.760</u> | <u>5.815</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

31 de dezembro de 2022

| | Soul Parques |
|---|--------------|
| Total de Ativos | 14.133 |
| Capital Social | 9.658 |
| Patrimônio Líquido (passivo a descoberto) | (2.625) |
| Receita líquida | 4.825 |
| Prejuízo líquido do exercício | (4.027) |

(b) Participações em controladas

31 de dezembro de 2022

| | Soul Vila Velha |
|---|-----------------|
| Investimentos: | |
| Número de ações/cotas representativas do capital social | 9.650.000 |
| Participação do capital social | 100% |
| Patrimônio líquido da controlada | (2.481) |
| Movimentação do investimento: | |
| Saldo inicial do investimento em 31 de dezembro de 2021 | (5.813) |
| Integralização de capital | 7.216 |
| Equivalência patrimonial | (3.885) |
| Valor patrimonial equivalente - saldo final | <u>(2.482)</u> |
| Investimento em controladas | <u>(2.482)</u> |

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

| 31 de dezembro de 2022 | |
|---|----------------|
| | Soul Aparecida |
| Investimentos: | |
| Número de ações/cotas representativas do capital social | 1.000 |
| Participação do capital social | 100% |
| Patrimônio líquido da controlada | (278) |
| Movimentação do investimento: | |
| Saldo inicial do investimento em 31 de dezembro de 2021 | - |
| Integralização de capital | 1 |
| Equivalência patrimonial | (279) |
| Valor patrimonial equivalente - saldo final | (278) |
| Investimento em controladas | (278) |

(c) Resultado de equivalência

| | Controladora | Consolidado |
|----------------|--------------|-------------|
| | 2022 | 2021 |
| Em controladas | (4.164) | (3.805) |
| | (4.164) | (3.805) |

Provisão para contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributárias, trabalhistas e cível. A Companhia apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Na avaliação dos consultores jurídicos não há processos em andamento classificados como perda provável ou possível.

19. Remuneração do pessoal-chave

Em maio de 2022 houve o pagamento de bônus e gratificações referente as metas do ano de 2021 no valor de R\$ 628 na SPE Soul Vila Velha S.A.

Não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações aos administradores.

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

20. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social da Companhia é de R\$ 4.105.

O capital social é composto 4.105.000 (quatro milhões e cento e cinco mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. No exercício a Companhia recebeu aportes mediante depósito bancário pelas acionistas como adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 8.264, os quais serão utilizados como integralização e aumento do capital social no início do ano de 2023.

21. Receita líquida de serviços

| | 2022 | 2020 |
|----------------------------|---------------------|---------------------|
| Receita bruta de Serviços | | |
| Prestação de serviços | 4.570 | 3.890 |
| Loja Souvenir | 208 | 126 |
| Aluguéis e arrendamentos | 651 | 179 |
| | <u>5.429</u> | <u>4.195</u> |
| Deduções de vendas | | |
| Impostos sobre serviços | (298) | - |
| Devoluções e cancelamentos | (15) | (335) |
| | <u>(313)</u> | <u>(335)</u> |
| Receita Líquida | <u><u>5.116</u></u> | <u><u>3.860</u></u> |

22. Custos dos serviços prestados

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------|----------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Pessoal | - | - | (3.446) | (2.861) |
| Prestação de serviços | - | - | (1.469) | (793) |
| Outorga e fiscalização | - | - | (779) | (655) |
| Materiais e utilidades | - | - | (43) | (400) |
| Custo das mercadorias vendidas | - | - | (51) | - |
| Seguros | - | - | (17) | (19) |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(5.805)</u> | <u>(4.728)</u> |

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

23. Despesas gerais e administrativas

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------|--------------|-------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Serviços de terceiros | - | (51) | (940) | (595) |
| Viagens e estadias | - | - | (87) | (97) |
| Marketing e comunicação | - | - | (349) | (281) |
| Despesas diversas | (21) | (25) | (711) | (439) |
| Depreciação | - | - | (108) | (253) |
| | <u>(21)</u> | <u>(76)</u> | <u>(2.195)</u> | <u>(1.665)</u> |

24. Resultado financeiro líquido

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|--------------|-------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 3 | 1 | 130 | 123 |
| Outras receitas financeiras | - | - | 35 | 36 |
| | <u>3</u> | <u>1</u> | <u>165</u> | <u>159</u> |
| Despesas financeiras | | | | |
| Despesas bancárias | (2) | (2) | (68) | (71) |
| Juros e multas | (14) | (34) | (5) | (42) |
| Juros s/ empréstimos | - | - | (1.399) | (1.429) |
| | <u>(16)</u> | <u>(36)</u> | <u>(1.472)</u> | <u>(1.542)</u> |
| Resultado financeiro líquido | <u>(13)</u> | <u>(35)</u> | <u>(1.307)</u> | <u>(1.383)</u> |

25. Seguros (não auditado)

A Companhia controlada Soul Vila Velha S.A adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022, é assim demonstrada:

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

| Item | Tipo de cobertura | Importância segurada |
|------------------------|--|----------------------|
| Seguro garantia | Garantia do contrato de concessão Edital de Concorrência n° 001/2019-IAP | 350 |
| Seguro patrimonial | Seguro patrimonial contra danos incêndio, explosão e outros danos patrimoniais | 30 |
| Responsabilidade civil | Responsabilidade civil | |
| | | 380 |

26. Eventos subsequentes

No dia 02 de janeiro de 2023 foi aprovado o registro da 20ª AGE referente ao aumento de capital social, agora composto por 14.002.754 (quatorze milhões, dois mil, setecentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. No exercício foram integralizadas 9.897.750 (nove milhões, oitocentos e noventa e sete mil, setecentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas, mediante depósito bancário pelas acionistas.

27. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.